

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

DECISÃO DO PREGOEIRO: NÃO PROCEDE

ASSUNTO: Análise de Recurso Interposto no Pregão Eletrônico nº 39/2022

RECORRENTE: GRAZIELE VALENTE PEIXOTO, inscrita no CNPJ/MF n.º CNPJ 33.175.850/0001-80

I – RELATÓRIO

Trata-se de recurso administrativo, interposto tempestivamente através do Sistema Comprasnet pela empresa GRAZIELE VALENTE PEIXOTO, CNPJ/MF n.º CNPJ 33.175.850/0001-80, contra a decisão desta Pregoeira que classificou e declarou vencedoras as empresas TCHE-PEL COMERCIAL, CNPJ nº 08613567/0001-45, para o item 17, e a empresa BORBOFLOR BRASIL COMERCIO DE SUPRIMENTOS EIRELI, CNPJ 32.477.067/0001-08, para o item 18 do Pregão 039/2022, cujo objeto é a aquisição de materiais de acondicionamento e embalagem.

II – DO RECURSO

Alega a recorrente, respectivamente para os itens 17 e 18, que:

“a empresa TCHE-PEL COMERCIAL, Cnpj nº 08613567/0001-45 dentro deste pregão quanto ao item 17 - não apresentou a proposta de preço em papel timbrado, não consta assinatura, não menciona os dados bancários e e a certidão concordata e falência não tem validade e está mencionada como CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL NEGATIVA data emissão em 23 de maio de 2022, às 21:57:23 diante dos fatos, solicitamos a sua desclassificação do certame.”

E

“a empresa BORBOFLOR BRASIL COMERCIO DE SUPRIMENTOS EIRELI - 32.477.067/0001-08 dentro deste pregão quanto ao item 18 - Não apresentou a certidão concordata e falência foi anexado CERTIDÃO - CGJ-SECASEJ que não menciona a Razão social e nem inscrição do cnpj informando no rodapé das páginas 1 e 2 e uma outra mencionada como CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL NEGATIVA data emissão em 16 de maio de 2022, diante dos fatos, solicitamos que comissão faça uma apuração dos fatos sendo que caso se comprove a falha solicitamos a sua desclassificada do certame.”

III- DAS CONTRARRAZÕES

A empresa TCHE-PEL COMERCIAL apresentou suas contrarrazões, das quais transcrevemos abaixo os pontos mais esclarecedores:

“Vamos aos pontos levantados pela empresa Grazielle Valente Peixoto em seu recurso:

Primeiramente a recursante alega que nossa empresa não apresentou proposta de preço em papel timbrado, não consta assinatura, não menciona os dados bancários. O item 4.2.1, da seção V do edital estabelece clara e tão somente que a proposta deverá conter a discriminação do objeto, comas especificações descritas no Anexo I do Edital, bem como a marca/modelo do produto. A proposta inserida no sistema é a inicial e rigorosamente de acordo com o estabelecido no edital e seus anexos. Na seção VI do edital é claramente mencionado no item 6.3 que “Qualquer elemento que possa identificar a licitante, importará a desclassificação da proposta.”- grifado por nós. O edital não faz menção alguma a exigência de papel timbrado e assinatura. E o único momento citado para informação dos dados bancários é na nota fiscal, como pode ser observado na Seção XVII - item 17.2 e Anexo I - item 9.3 do edital. Outro ponto alegado pela recursante diz respeito ao fato da certidão de falência e concordata não constar validade e estar mencionada certidão judicial civil negativa. Vale lembrar que a referida certidão sequer é exigida no edital, mas temos como hábito sempre a apresentação da mesma, independente da exigência ou não de sua apresentação. Parece-nos que a recursante está confundindo CÍVEL com CIVIL. É óbvio que a certidão é cível. O vocábulo CIVIL significa tudo aquilo que é relativo ao cidadão. No universo jurídico, esta palavra está relacionada ao Direito Civil. Já o termo CÍVEL(mencionado na certidão) pertence somente ao meio jurídico e designa tudo o que se refere aos Direitos Civil, Comercial, Previdenciário, Empresarial, Administrativo, entre outros. E quanto a sua validade o edital, na Seção II - item 11.9 menciona de forma claríssima: “Quando se tratar de certidões vencíveis em que a validade não esteja expressa, serão considerados válidos os documentos expedidos nos últimos 90 (noventa) dias queantecederem à data da sessão deste certame.” – grifado por nós.”

E a empresa BORBOFLOR BRASIL COMERCIO DE SUPRIMENTOS EIRELI apresentou o que segue:

“Prezado Pregoeiro, é absolutamente descabido o motivo (único) da recorrente para inabilitação de nossa empresa, pois a Certidão de Falência e Concordata não é documento exigido no edital. Ademais, essa Certidão consta anexada , com perfeita veracidade e validade. Nos parece que a recorrente não leu o edital corretamente, o que é obrigação de todos os licitantes, causando um atraso no andamento do processo.”

IV - DOS FATOS

Trazemos à tona as disposições do Edital do Pregão Eletrônico nº 39/2022 sobre o credenciamento, Seção III, e da habilitação, Seção XI, do edital. Prescreve o instrumento convocatório:

“SEÇÃO III – DO CREDENCIAMENTO

3.1. A licitante deverá credenciar-se no sistema “Pregão Eletrônico”, no sítio www.gov.br/compras, observado o seguinte:

- a) o credenciamento far-se-á mediante atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico;
- b) a perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso;
- c) o credenciamento da licitante ou de seu representante perante o provedor do sistema implicará responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

3.2. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.3. A licitante responsabilizar-se-á por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.”

E

“SEÇÃO XI – DA HABILITAÇÃO

....

11.1.3. Habilitação jurídica:

- a) comprovante de inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, no caso de empresário;
- b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, acompanhado, no caso de sociedades por ações, de documentos de eleição de seus administradores;
- c) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;
- e) ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

OBS: O documento de habilitação jurídica deverá expressar objeto social pertinente e compatível com o objeto da licitação.

11.1.4. Regularidade fiscal:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) – Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);
- c) prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação da Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN n.º 1751/2014;
- d) prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital, do domicílio ou sede da licitante, mediante Certidão de Quitação de Tributos Estaduais/Distritais, ou certidão que comprove a regularidade com o ICMS, emitida pelo órgão competente.

11.1.5. Regularidade trabalhista:

- a) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).”

V- CONCLUSÃO

O recurso foi admitido por sua tempestividade, legitimidade e motivação. No entanto, da leitura dos regramentos contidos no edital depreende-se pela validade de toda documentação apresentada pela empresa, não sendo exigida a apresentação de papel timbrado ou assinatura manual, considerando que o acesso ao sistema é feito através de “chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível” e “A licitante responsabilizar-se-á por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.”

Quanto à alegação de que as certidões de falência e concordata das empresas não teriam validade, o edital exigiu apenas a regularidade fiscal e a regularidade trabalhista, conforme itens 11.1.4 e 11.1.5, é não havendo a exigência de comprovação da qualificação econômico-financeira.

VI- DA DECISÃO DO PREGOEIRO

Manifestamo-nos pela IMPROCEDÊNCIA dos recursos, mantendo a decisão de habilitação das empresas TCHE-PEL COMERCIAL, para o item 17, e da empresa BORBOFLOR BRASIL COMERCIO DE SUPRIMENTOS EIRELI, para o item 18.

Conforme previsão 12.8 do Edital, submeto o presente processo às considerações superiores.

Salvador (BA), 29 de julho de 2022

Cristiana Maria Paz Lima Soares
Pregoeira

Fechar